

19 Informática abre mercado

A política de abertura comercial (redução ou eliminação do imposto incidente sobre produtos importados) brasileira terá, em outubro, seu mais importante ato: o fim da reserva de mercado para a indústria de informática, fato este que vem provocando mudanças aceleradas no setor.

A redução ou eliminação gradual das alíquotas (taxas) de importação expõe a indústria brasileira à competição com as dos demais países, pois os produtos externos entram com preço cada vez mais baixo no território nacional. A média dessas taxas, que era de 32,2 por cento em 1990 já é, a partir de hoje, de 21,2 por cento.

Assim, pela média, o produto que chegava nos portos brasileiros, em 1990, pelo preço de Cr\$ 100 mil e podia ser vendido pelo comércio (sem margem de lucro) a Cr\$ 132 mil, agora pode ser ofertado a Cr\$ 121 mil. A partir de 1994, seguindo esse mesmo exemplo, o preço cairia para Cr\$ 114 mil.

A abertura comercial brasileira é importante componente do Programa de Competitividade Industrial (PCI) e do Programa Brasileiro de Qualidade e Produtividade (PBQP). Essa abertura acaba determinando limites para o País melhorar a qualidade de seus produtos.

Computadores — O diretor da Associação Brasileira da Indústria de Computadores e Periféricos (Abicomp), Arthur Nunes, diz que o fim da reserva de mercado implicará “em um mix (mistura) cada vez maior de compo-

nentes importados aos fabricados no País para os produtos de informática”.

Além disso, as indústrias do setor estão procurando reduzir custos para melhorar seus preços. Mesmo assim, conforme avalia Roberto Kameinitz, diretor da Associação Brasileira da Indústria Eletroeletrônica (Abinee), “algumas empresas não sobreviverão a este ano”.

Devido à nova realidade, o setor já descartou a evolução no País, de áreas de **software**. Conforme a secretária Nacional de Economia, Dorothea Werneck, pretende-se investir na “industrialização internacionalmente competitiva de **hardware** eletrônico, onde existem melhores possibilidades de mercado para o Brasil”.

Automóveis — Dorothea destaca redução generalizada ainda maior na alíquota de importação de automóveis este ano. O assunto foi discutido no Ministério da Economia, devido ao alto preço do carro nacional.

“O que estudamos seriamente é trabalharmos com contratos que permitam a redução das alíquotas de importação de carros de forma proporcional às exportações feitas pela montadora que está trazendo carros de outro país”, explica Dorothea.

Como o País promete, na carta de intenções ao Fundo Monetário Internacional (FMI), crescimento de dois bilhões de dólares nas reservas cambiais, precisa, pelo menos, aumentar a exportação em nível pouco superior que as importações.